

JUSTIÇA

Cadastro simplificado e PRR da Justiça vão ter avaliação independente

Investigadores do CES e do ISCTE vão estudar os resultados alcançados com as políticas públicas no domínio da justiça, incluindo o desenvolvimento, no terreno, do balcão único do prédio, que comporta o cadastro simplificado. A ideia é avaliar “como são aplicados os dinheiros públicos”.

FILOMENA LANÇA
filomenalanca@negocios.pt

Que resultados terão as políticas públicas previstas no âmbito do PRR para a digitalização da área da Justiça? Como estão concebidas, como serão executadas e que consequências práticas serão delas retiradas? Em concreto, de que forma chegarão às pessoas e como serão, afinal, usadas as verbas com que foram financiadas? Será a estas questões que investigadores e especialistas do Instituto para as Políticas Públicas e Sociais (IPPS), do ISCTE e do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES) deverão conseguir dar respostas no fim do trabalho que se inicia esta quarta-feira, no âmbito de protocolos assinados com o Ministério da Justiça.

Será, na prática, “uma avaliação absolutamente independente, coisa que, aliás, não podia ser de outra forma, uma vez que somos cientistas”, explica Catarina Frade, investigadora do CES. A sua equipa, que será multidisciplinar e trabalhará, lado a lado, com investigadores da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, vai ter como missão a avaliação da expansão do sistema de informação do cadastro simplificado e à universalização do Balcão Único do Prédio (BUPi), que, ao nível do programa de recuperação e resiliência (PRR), integra a componente Florestas, onde está previsto um investimento de 55 milhões de euros.

Já a parte da digitalização da Justiça será acompanhada por uma equipa do IPPS liderada pelo investigador Paulo Feliciano. Caber-lhe-á “por um lado apoiar a



O Balcão Único do Prédio vai congrega toda a informação de cadastro do país.

capacitação dos serviços para fazerem a monitorização e acompanhamento dos projetos e, por outro, a avaliação do impacto dos projetos” no terreno. A componente do PRR relativa à Justiça Económica e Ambiente de Negócios comporta uma dotação de 266,9 milhões de euros e estão previstos cerca de 50 projetos relacionados com a digitalização. Destes, a equipa de Paulo Feliciano vai olhar para duas dezenas, “alguns dos quais estão ainda em fase de conceção, outros muito no início”, pelo que “o facto de se avançar agora com a avaliação pode contribuir também para ir melhorando a implementação dos próprios projetos”, assinala o especialista.

Os protocolos entre a secretaria-geral do Ministério da Justiça, o IPPS e o CES serão assinados

esta quarta-feira e Catarina Frade espera ter já os primeiros resultados no final deste ano.

Como é gasto o dinheiro dos contribuintes?

Este tipo de avaliações de políticas públicas, “quer na conceção, quer na execução ou na avaliação posterior, algo que já é muito habitual noutros países e que a própria União Europeia determina que se faça”, refere Catarina Frade. Na prática, permite “afinar e melhorar a conceção e a execução das medidas, contribui para a prestação de contas e também legítima a ação de quem as executa”, acrescenta. “É uma forma de mostrar aos cidadãos como é que a administração trabalha e como é que o dinheiro dos contribuintes é utilizado”.

E o caso do BUPi é particularmente relevante, na medida em que o objetivo é que, depois de ter nascido como um instrumento destinado a potenciar o conhecimento sobre quem são os proprietários dos imóveis rústicos, passe a ser a plataforma nacional de registo e cadastro do território, congregando toda a informação sobre os prédios rústicos. Ora, “que impactos económicos e locais terá isso? Que vantagens pode comportar? Vai fomentar o aparecimento de novos investidores, de formas mais colaborativas de aproveitamento do território?” Catarina Frade elenca as várias questões a que este trabalho de avaliação pode vir a responder e explica que a ideia é “olhar para as várias dimensões”, num estudo que se prolongará ao longo de, pelo menos, os próximos dois anos. ■

“

Este tipo de trabalho, que a União Europeia recomenda que se faça, permite afinar e melhorar a conceção e a execução das medidas, contribui para a prestação de contas e também legitima a ação de quem as executa.

CATARINA FRADE
Investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

O objetivo é por um lado apoiar a capacitação dos serviços para fazerem a monitorização e acompanhamento dos projetos e, por outro, a avaliação do impacto dos projetos.

PAULO FELICIANO
Investigador do Instituto para as Políticas Públicas e Sociais

”